

A Judeia Romana: política, poder e desagregação econômica

Rosana Marins dos Santos Silva¹

O propósito dos romanos estarem interessados na Palestina foi, mais provavelmente, alcançar o Egito, incorporado pelo império tempos depois. Antes desse acontecimento, a Palestina era a fronteira Sudeste do império romano e estava sob o controle do legado da província da Síria. Hircano II, filho de Alexandre Janeu, que conseguiu o favor de Pompeu, recebeu o sumo-sacerdócio, mas não o título real.

A história se repetiu: depois de um breve período de liberdade, os judeus caíram, mais uma vez, sob domínio estrangeiro. O controle dos romanos sobre seus domínios orientais era firme, tanto que as repetidas tentativas de vários membros da família dos hasmoneus de obter o poder foram, na realidade, insignificantes.

Os líderes judeus tiveram de tomar muito cuidado para apoiar o candidato certo, assegurando com isso a manutenção do limitado grau de autogoverno que possuíam. Hircano II conseguiu essa façanha; depois da morte de Pompeu, apoiou César e esse o recompensou com o título de “etnarca” (líder do povo). É claro que César sabia exatamente o que estava fazendo. Superficialmente, poderia parecer que, além de seu cargo de sumo sacerdote, Hircano havia conseguido autoridade política sobre parte da população judaica. Contudo, César havia adotado o mote *divide et impera* (divide e governa). Desse modo, enquanto, generosamente, dava a Hircano II o seu título impressionante, simultaneamente fez de Antípater o “procurador” da Judeia.

Ao conquistar a Palestina, em 63 a.E.C., Pompeu dividiu o reino hasmoneu em duas jurisdições: ao *étnos* judaico foram concedidas regiões consideradas predominantemente judaicas: parte da Judeia ao redor de Jerusalém, uma parte da Iduméia ao Sul, a Pereia ao Leste, do curso mais baixo do Jordão, e, finalmente a Galileia. O restante havia sido restituído às *poleis* helenistas, que os hasmoneus haviam tentado eliminar como realidade política. Mas não demorou muito para que os judeus incomodassem-se com a política de dominação romana, como aconteceu com domínios

¹ Mestre em História Comparada pela UFRJ, professora do curso de Pós-Graduação das Faculdades Simonsen, pesquisadora do LITHAM-UFRRJ.

anteriores, e protagonizassem aquela que foi uma das maiores revoltas já registradas na história.

Dentre os pontos mais marcantes, na estrutura social da Judeia, que influenciaram as revoltas contra os governos estrangeiros, podemos mencionar a questão dos impostos e da arrecadação tributária. A conjuntura econômica encontrada pelos gregos na Judeia, no séc. IV a.C., foi instaurada pelos persas. Nesse período, os tributos eram cobrados da seguinte maneira: o camponês devia pagar uma quota em moeda de prata (dário) de acordo com que o império determinava para cada *pólis*, *étnos* ou região e a cobrança de impostos cabia ao rei e aos seus altos funcionários.

Já no poder dos lágidas e selêucidas, há uma mudança nessa estrutura, em que o rei e o funcionalismo local controlam o aluguel da cobrança de impostos e determinam o valor e o modo de fazê-la. Assim, a classe alta da sociedade vai, aos poucos, apropriando-se desse mecanismo que favorece a sua participação na exploração econômica do camponês. Além disso, é sabido que o aluguel da cobrança de impostos e tributos era realizado em uma espécie de leilão, uma vez por ano. Quem detinha maior poder econômico e político acabava adquirindo este direito.

Nas cidades gregas, ou *pólis*, as atividades financeiras e administrativas do Estado davam-se em um sistema de rotatividade (mudança constante de administradores e concorrência pelo aluguel do direito de cobrar impostos). O aluguel da cobrança de impostos era por tempo determinado pela *pólis* para pessoas privadas que, de certa maneira, exerciam forte influência na economia da sociedade.

É importante salientar que a maneira de se fazer a cobrança não era controlada pela *pólis*. O interesse de quem alugava estava no recebimento da quantia estabelecida e não na maneira como eram cobrados os impostos. Não se cogitava se o tributo era explorador ou extorsivo. Com toda certeza, esse costume vai garantir o aumento das fontes de renda para a elite de Jerusalém.

Essa prática econômica atingiu o espaço religioso por meio da determinação das funções sacerdotais. Quem detinha maior poder econômico podia adquirir o direito de ser sumo sacerdote. Vale dizer que os grupos com maior poder aquisitivo determinavam os tributos e a ascensão ao poder sacerdotal. Eles se tornaram, portanto, os donos da economia e da religião.

Na organização imperial romana do séc. I d.C., foi adotada a estrutura de taxação helênica no Leste do Mediterrâneo. Herodes, o Grande, reivindicou de 25-33% dos grãos da palestina e 50% do fruto das árvores. A taxação direta também incluía taxas *per capita* em dinheiro. Em adição, Herodes impõe taxas indiretas no trânsito de comércio e no mercado de troca. O Templo reivindicava taxas em espécie e em dinheiro.

Josefo menciona o fato de que após a morte de Herodes, o Grande, uma delegação de judeus são enviados a Roma para se queixar sobre as taxas com Augusto, dizendo de Herodes:

Que ele tinha construído e embelezado as cidades fora de seu território, apenas para arruinar as de seu reino com horríveis impostos e exações. Que tendo encontrado a Judéia florescente e na abundância, ele a havia reduzido à sua miséria anterior. [...] Que além de todos os impostos comuns, de que ninguém estava isento, era-se obrigado a dar grandes somas, para satisfazer à ambição dos seus amigos e dos seus cortesãos e para se livrar das injustas vexações de seus oficiais².

Esse é um poderoso indício da pressão econômica colocada sobre toda a terra da Judeia no período romano. Todo o povo queixa-se junto aos prefeitos romanos, pois haviam herdado a estrutura de taxação de Herodes. Considerando esse último aspecto, Josefo relata uma anedota sobre um homem que havia sido atacado e, por causa disso, muitas moscas lançaram-se sobre suas feridas sugando-lhe seu sangue. Daí, que um viajante passando tentou auxiliá-lo enxotando as moscas. Mas o moribundo não permitiu, dizendo que quando as moscas se fartarem de seu sangue não lhe causarão

² JOSEFUS, Flávio. *Antiquities of the Jews*. In: *Ibidem. The Works of Josephus: Complete and Unabridged, New updated edition*. Trad. William Whiston. Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1980, 17, pss. 306.

mais danos, mas se ele as enxotar virão outras que lhe farão morrer. É dessa forma que Josefo descreve a política de Tibério e seus prefeitos, e acrescenta:

Quanto aos governadores e intendentess das províncias, o que lhe impedia de mudá-los, era o desejo de aliviar o povo, porque os homens são naturalmente avaros, principalmente quando é à custa de estrangeiros, que eles se enriquecem, procedem com mais ardor em fazer cobranças, se vêem que lhes resta pouco tempo no cargo, quando, ao invés, já ajuntaram muitos bens e não temem mais ter logo sucessores, procedem com mais moderação e assim, todas as riquezas das províncias, não seriam suficientes para contentar a cobiça destes oficiais, se eles fossem mudados freqüentemente.³

E para este trabalho, os prefeitos romanos identificaram uma hierarquia dentre os judeus capaz de se responsabilizar pela taxaço de impostos, os sumos sacerdotes. Josefo descreve em *Antiguidades Judaicas* uma série de violências cometidas pelos sumos sacerdotes contra o povo e contra eles mesmos por causa da comercializaço desse cargo e do direito de explorar os impostos, o que pressupõe um elemento característico do sistema de arrendamento helenístico tal como aconteceu no período dos macabeus.

A política de taxaço e cobrança de impostos juntamente com o leiloamento do cargo de sumo sacerdócio aparecem como conflitos centrais tanto na revolta dos macabeus quanto na revolta contra Roma, uma vez que estimularam a cobiça por meio do enriquecimento fácil por parte da elite judaica, principalmente representada pela classe sacerdotal.

Outro problema marcante entre as duas revoltas diz respeito às relações de poder na pirâmide social judaica. No sistema de domínio dos selêucidas, a sociedade ordena-se e funciona através da corte, ou seja, quanto maior a capacidade do indivíduo de inserir na corte e aumentar sua proximidade com o imperador maiores serão os

³ Ibidem, 18, pass. 286.

benéficos arrendados por ele. Nessa sociedade, os indivíduos ordenam-se em função da relação que estabelecem com o centro do Estado, que é o governante. Esse é um ordenamento inquestionável, no qual tudo que importa é estar mais perto possível do centro da ordem.

E é por meio desse sistema, o patronato, que as casas dos poderosos, que compõem a corte, disseminam essa organização da sociedade. O funcionamento das casas seria igual, tanto no que se refere aos mecanismos que garantiriam acesso a elas quanto no que diz respeito ao seu funcionamento. A diferença estaria apenas na escala. A casa mais importante, a mais poderosa, é a imperial. As outras casas têm menos poder e esses *quanta* de poder que as demais casas têm dependem da relação que elas têm com a casa imperial e não de seus méritos ou de sua capacidade de se afirmar como centro de algum poder autônomo.

É assim que percebemos as lutas internas entre os grupos judaicos durante a revolta dos macabeus. Cada qual buscava aproximar-se do soberano selêucida para conquistar espaço e defender os seus próprios interesses políticos, econômicos e até religiosos. Porém, notamos a fragilidade desse “arranjo” quando grupos de tendências políticas diferentes mudam constantemente de lado e de posição.

Jogos de interesse podem ser percebidos, por exemplo, nas lutas pelo poder entre Jasão e seu irmão Onias; nos confrontos travados até a morte por Menelau e Jasão; nos conflitos entre os helenizantes Onias e Tobias que, por interesses econômicos, aliam-se aos generais rivais para galgar mais poder. Em uma leitura das ações dos vários grupos, fica claro que cada tendência guia-se pela busca da realização de sua aliança com a casa imperial.

Durante o período romano, encontramos essa mesma estrutura de patronagem e clientelismo. As elites judaicas aliaram-se aos imperadores e prefeitos para alcançarem benefícios mútuos. Para os prefeitos romanos, o apoio dos nobres judeus locais seria necessário, entre outros motivos, para protegê-los de problemas futuros, como queixas de má administração. Para as elites locais, eles teriam melhores condições do que outras pessoas na consecução de suas ambições, fossem estas o poder, a honra ou os ganhos materiais, caso conseguissem ter um bom relacionamento com os funcionários romanos, ou, o que era bem melhor, com o próprio imperador.

O problema é que este sistema era muito instável. Qualquer indivíduo que estivesse no centro do interesse do império, poderia ser substituído por outro, desde que este outro apresentasse uma promessa de melhores receitas para o centro do poder imperial. A manutenção do poder estava sujeita a indicação do imperador.

Daí, a não existência de cooperação de classes, pois neste sistema só se é solidário com aqueles superiores hierárquicos de dentro de seu próprio grupo, porque podem gerar benefícios diretos para si. Nem solidariedade nem submissão natural, mas apenas uma expectativa egoisticamente orientada. Os conflitos tendem a se realizar, predominantemente, entre os grupos organizados através das interações pessoais, mais do que por interesses de classes ou estamentos.

Esses grupos competem entre si para serem capazes de acumular mais vantagens, que poderiam ser de dois níveis: as aferidas por meio das relações sociais de produção ou as obtidas por via das relações sociais institucionais. Um grupo capaz de acumular mais esses recursos escassos tende a ser mais atraente, fortalecendo-se.

Tanto na revolta dos macabeus, quanto na revolta contra Roma, o que encontramos é a elite judaica disputando a posição de sumo sacerdote, cargo que concentra poder e riqueza, pois à medida que há uma maior proximidade com o centro distribuidor, maior seria o acesso privilegiado ao que é redistribuído. A violência intercomunal que antecede as duas revoltas foi de fato uma luta pelo poder no âmbito da classe dirigente tanto no segundo livro de Macabeus (4,1-17, 23-35) quanto em várias passagens de *Antiguidades Judaicas* (20, pass.180.181;197-203; 208-210; 213.214). Constatamos a erupção de violentos conflitos liderados por sumos sacerdotes ou ex-ocupantes do cargo.

Além disso, as lutas internas tornam-se cada vez maiores, uma vez que é inevitável a existência de uma rede de intermediações entre o superior hierárquico e uma multidão de indivíduos que se ligam a eles. Esses intermediários gozam da capacidade de dar acesso a uma pessoa poderosa e procuram extrair vantagens dessa sua condição. Com isso, ocorre uma completa hierarquização no interior desses grupos, que ao se ordenarem em diversos níveis, difundem uma profunda fragmentação e tensões de classes.

Embora essa economia não tenha dado sinais de entrar em colapso em 66 d.C., a distribuição desigual de seus benefícios chegou então ao seu auge. A riqueza dos abastados de Jerusalém só se tornou plenamente evidente nos últimos anos quando arqueólogos desenterraram em Jerusalém grandes casas particulares com mobiliário luxuoso com aproximadamente 600 metros quadrados, e outras não muito menores. Nenhuma despesa foi poupada na decoração de tais casas, onde afrescos no estilo de Pompeia e belos mosaicos são abundantes

Em uma descrição mais detalhada da casa, Faulkner⁴ menciona que esta “mansão palacial”⁵ pela sua antiguidade estava em excelente estado de conservação. Por isso, a escavação no local foi muito conclusiva no que diz respeito ao estilo de vida dos antigos judeus da classe alta.

A casa tinha cerca de 600 metros quadrados, muito grande para uma residência privada, em uma área densamente povoada como a cidade alta na Jerusalém do séc.I d.C. A mansão foi construída com dois terraços em oposição ao lado da colina. Escadas indicavam a antiga presença de um pavimento superior. No terraço, mais alto, havia um pátio central pavimentado aberto para o céu com uma extensa suíte particular com aposentos virados para o Oeste. Esse último incluía: uma entrada para o vestíbulo com um mosaico de padrão rosado no piso; uma larga sala com afrescos do estilo pompeiano, imitando painéis de pedra; janelas com aspectos arquitetural; um magnífico salão de cerca de 11m de comprimento por 6,5m de largura; as paredes e o teto eram todos decorados com moldes de estuque branco; e uma série de três quartos onde uma última camada de argamassa ocultava os afrescos por baixo.

Do lado Leste do pátio principal, apenas um aposento sobreviveu no andar mais alto, uma pequena sala de banho decorada com mosaico rosado com degraus que levavam ao terraço mais baixo. Esse incluía um pequeno pátio, com salas de serviço e armazenagem, e cisternas de água abobadadas como uma piscina para banhos rituais; a decoração era com certeza pertencente às altas camadas sociais.

Também foram encontrados na mansão palacial e em outras casas contemporâneas, que ficavam próximas, artefatos em uso naquele tempo. Havia uma pequena mesa de pedra retangular com pernas simples, ou uma única roda com três pernas de madeira, freqüentemente ornamentadas com florais esculpidos e com

⁴ FAULKNER, Neil. *Apocalypse: the great Jewish revolt against Rome AD 66-73*. [s.c.]: Tempus Publishing Limited, 2004.

⁵ *Ibidem*, p. 87.

desenhos geométricos. As bebidas eram servidas em delicados vasos de vidro colorido com anéis em armação, a comida era servida com excelente louça de cerâmica e em tigelas com a superfície vermelha reluzente, cada qual importada da Grécia, ou pratos de estrutura delgada pintados com galhos e coroas de folhagem do local.

Havia também vasos de louça de barro vidrado e mais jarros, tigelas, travessas, bandejas e xícaras. E nas áreas de serviço, havia uma grande quantidade de cerâmicas e panelas, algumas atestando sua origem estrangeira como produto de luxo importado.

Como podemos notar, a vida dos sumos sacerdotes e de outros membros da aristocracia judaica era repleta de luxo e suntuosidade excedendo em todo o tipo de artefato e construção dos mais bem conceituados da moda greco-romana da época. Casas como a que acaba de ser descrita só impressionava os ricos da mesma camada social, era uma forma de reafirmar seu poder. Segundo Crossan, “esses castelos acabavam por lutar entre si, por isso a cidade era necessariamente como o lugar onde as elites se reuniam para competir umas com as outras em consumo conspícuo em vez de em guerra contínua”⁶.

Ao fazermos uma comparação entre a casa dos ricos e a casa dos camponeses, podemos notar a disparidade em seus modelos de vida. Faulkner descreve o resultado de várias escavações feitas nas regiões de Cafarnaum, na Galiléia, e em Qumran por volta de 1894⁷. Ele detalha a descoberta de cinco blocos de casas cada uma compreendendo uma série de um único aposento familiar, casas que estendiam em torno de um pátio central. Cada uma era construída de blocos de basalto cru com seixos de argamassa e lama misturados e cobertos com estuque. Os telhados eram feitos de ramos de árvores e juncos misturados com argamassa. As casas eram muito pequenas, compreendiam cerca de 7 x 6,5 metros, com um único cômodo quadrado. Contudo, apenas a metade ou um terço das casas tinham esse tamanho, as outras eram bem menores.

Os artefatos domésticos encontrados eram numerosos e principalmente feitos em casa: as famílias camponesas podiam ter carência de dinheiro e, conseqüentemente, dificuldade em adquirir os artefatos, mas não a habilidade de fazê-los. As escavações na localidade de Cafarnaum e em outros lugares nas proximidades encontraram itens de uso diário em extrema abundância: jarros para armazenagem, potes de cozinha, talheres e lâmpadas para óleo em cerâmica sem enfeites; almofariz e pilão feitos de pedra

⁶ CROSSAN, John Dominic. *O Nascimento do Cristianismo: o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulinas, 2004, p. 258.

⁷ Cf. FAULKNER, Neil. *Apocalypse: the... op. cit.*, p. 148.

vulcânica; potes, panelas e cântaros de bronze; canecas e tigelas de pedra; contas, brincos, anéis, broches, espelhos, artefatos sanitários, paletas para cosméticos e delicadas garrafas de vidro para perfume.

Devido às condições áridas do deserto de Massada e Engedi, as suas cavernas trazem fragmentos de itens feitos de material orgânico, os quais, normalmente, não sobreviveriam, tais como: capa e túnica de lã feitas em casa, tapetes com coloridos brilhantes bordados nas pontas; uma camiseta infantil de linho; esteiras e sacos feitos de junco; cestas de salgueiro; uma carteira, uma bolsa e sandálias de couro; caixas de madeira; tigelas e pentes.

Após essa descrição, Faulkner ainda declara que:

Se adicionarmos a estes achados mobílias simples (embora muito poucas tenham sido encontradas em escavações de sítios de baixo *status*) e se consentirmos que uma família típica de camponeses compreende seis pessoas, nós podemos imaginar que as casas-aposento de Cafarnaum eram tumultuadas e claustrofóbicas.⁸

Basicamente, podemos inferir que só havia duas classes sociais: os ricos donos de terra que arrendavam mão-de-obra, controlavam excedentes e dominavam suas vilas. E os pobres, dos quais destacamos duas categorias: os camponeses que produziam o suficiente para sua subsistência, mas não mais que isso. E os camponeses que não tinham terra para seu sustento e que ganhavam a vida com dificuldade vendendo sua mão-de-obra ocasionalmente ou trabalhando em meio-expediente como oleiros, carpinteiros, curtidores ou qualquer outra ocupação. Tais grupos sempre existiram, mas a proporção variava, e o que era decisivo para isto era a alta taxa de exploração imposta nas vilas pela classe dominante.

“Todas as evidências que nós apontamos seguem em direção a uma intensificação da exploração e empobrecimento do campesinato judeu no período greco-romano”⁹. Contudo, é de se questionar se somente a agricultura poderia, por si própria, ter produzido um tão grande excedente na zona rural ao redor de Jerusalém, mesmo se os produtos especializados, como, por exemplo, pombos para sacrifício no Templo, pudessem valer bastante e o tamanho do mercado cativo pudesse assegurar um alto

⁸ Ibidem, p. 149.

⁹ Ibidem, pp. 151-152.

preço para cereais. Tão pouco a prestação de serviços aos peregrinos teria feito a espécie de fortuna necessária para impressionar o governador romano quanto ao direito de ingressar na classe dirigente e para aquela família gozar o padrão de vida, marcado por belas casas como as descritas acima.

Goodman¹⁰ propõe uma possível explicação: os ricos adquiririam sua riqueza à custa de camponeses, os quais, às vezes, sofriam de uma colheita ruim após seca. Em tais ocasiões, um outro camponês, com um pequeno excedente, poderia emprestar a um vizinho, cuja produção, para aquele ano, houvesse caído abaixo do nível de viabilidade. No entanto, para que esse outro camponês pudesse fazer tal empréstimo, era necessário que tivesse um terreno consideravelmente maior ou muito menos dependentes, caso contrário, a seca te-lo-ia afetado do mesmo modo. Nesses casos, as únicas pessoas que poderiam emprestar eram os muito ricos ou aqueles fazendeiros que combinavam a segurança de suas propriedades de terras com interesses financeiros em empreendimentos que não eram afetados pelo clima, tais como o fornecimento de mercadorias para o Templo e serviços para peregrinos.

Parece então ter sido este o caminho a para a expansão da propriedade de terras. O camponês pobre nem sempre recorria a amigos e vizinhos para empréstimos porque, conforme já sugerido, era improvável que tivesse excedente suficiente para o ajudar. Como não existiam bancos para empréstimo, somente os ricos, com riqueza excedente não investida, poderiam fazê-lo.

O principal motivo para emprestar deve ter sido a possibilidade de o credor não pagar suas dívidas e vê-se, então, obrigado a entregar suas terras, embora pudesse haver a execução da hipoteca ou uso de escravos como parte do pagamento, o fato é que, a garantia alternativa, a terra, era um prêmio muito mais compensador. Assim, nas contas do campesinato endividado, alguns dos sacerdotes, mercadores e artesãos de Jerusalém podem ter convertido seus lucros do negócio de peregrinação em imóveis, tornando-se os dirigentes naturais para quem Roma podia recorrer.

Isso não quer dizer que seja uma lógica obrigatória o fato de que a existência de uma classe extremamente rica ser a única responsável pelo o antagonismo de classes. Todavia, na Judeia, do séc.I d..C, as mesmas condições que possibilitaram a uns poucos adquirir grandes propriedades, aproveitando-se das conseqüências de más colheitas após a seca, levaram outros a uma extrema e ressentida pobreza.

¹⁰ Cf. GOODMAN, Martin. *A Classe Dirigente da Judéia: as origens da revolta judaica contra Roma, 66-70 d.C.* Tradução de Alexandre Lissovsky e Elisabeth Lissovsky. Rio de Janeiro: Imago, 1994.,p. 65.

À luz dessa afirmação, devemos destacar um postulado defendido pelos marxistas de que existe uma relação necessária entre uma localização socioeconômica e interesses políticos ideológicos. Mas essas visões ideológicas possuem uma relação interna com essa condição, não no sentido de que essa condição é a causa automática delas, mas no sentido de que é a razão para elas¹¹.

Depois de explicarmos como a classe rica ficava cada vez mais rica, precisamos também apresentar como a classe pobre ficava mais empobrecida. Assim, é preciso destacar suas relações sociais e seu modo de vida a fim de entendermos as condições determinantes que conduziram aquela sociedade ao caos social e à precipitação de um estado de guerra.

No que diz respeito ao aspecto comercial da vida do morador da Judeia, do séc.I d.C., perguntamos sobre o que acontece quando alguém traz algum produto para ser comercializado na cidade? Deveria pagar a taxa alfandegária, o *publicum ou portorium*, um imposto que incide sobre a compra e venda de qualquer produto, mesmo sendo de primeira necessidade. A taxa foi introduzida pelos romanos e é cobrada, tratando-se de importação ou exportação, nas divisas territoriais; no mercado interno eram recolhidas nas divisas das cidades, nos mercados, em pontes e estradas.

Para arrecadar esse tipo de imposto há os *publicanii*¹², estruturados da seguinte maneira: o Estado romano arrenda às pessoas de sua confiança, e bem situadas economicamente, o direito de arrecadação do imposto em uma área. Elas subarrendam o direito em áreas menores, geralmente para pessoas da região, que, por sua vez, têm pessoal subalterno encarregado da arrecadação¹³.

Como esse arrecadamento é por uma zona global pela qual se deve pagar antecipadamente e não à medida que se faz a arrecadação, cabe ao *publicani* arrendatário conseguir a soma necessária e o seu respectivo lucro ao seu modo. Por isso, os *publicani* estão tão bem estruturados (arrendatário principal, subarrendatário, pessoal subalterno) que organizam um esquema de arrecadação que lhes permite estar em cada ponto onde é possível cobrar alguma coisa. Não é à toa que, no Novo Testamento, “publicano” é sinônimo de ladrão e pecador.

¹¹ Cf. EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Trad. Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997, p. 183.

¹² Palavra oriunda do latim *publicus*, “aquele que exerce funções públicas” ou está a serviço de magistrados, para nomear a função do coletor de impostos.

¹³ Cf. HANSON, K. C, OAKMAN, Douglas E. *Palestine in the time of Jesus*. Minneapolis: Fortress Press, 1998, p. 108.

Outros são os impostos diretos que o Estado romano exige: o *tributum soli* ou *agri*, sobre o capital e a produtividade rural, que atinge os produtores rurais, principalmente os proprietários de terra. Além desse, tem o *tributum capitis*, que segue dois critérios: taxa fixa de um denário, cobrada das mulheres a partir de 12 anos e dos homens a partir de 14 anos, para ambos até aos 65 anos. E o imposto territorial de 1% sobre o valor imobiliário. Os romanos também exigem o pagamento do *annona*, uma contribuição anual, geralmente em espécie, destinada a suprir as necessidades das tropas de ocupação¹⁴.

Além desses impostos exigidos pelos romanos, há todos os tributos estabelecidos na lei judaica e que estão intimamente vinculados ao Templo, a exemplo dos dízimos e da didracma para o Templo. O que significa, em comparação com outros povos, uma dupla tributação.¹⁵

Essa dupla tributação significa que, de um lado, temos um Estado, seja em sua forma local, o *étnos* judaico, seja em sua forma global, o Império Romano, como o grande beneficiário do sobreproduto do trabalho. De outro lado, a consequência dos altos impostos é um encarecimento dos produtos e um empobrecimento gradativo da população, porque os tributos têm que ser pagos independentemente das colheitas; em anos bons ou ruins, era fixo. O que representa uma sobrecarga quase insuportável para pequenos agricultores.

Dessa forma, pequenos agricultores não tinham a menor margem de segurança: seca, praga, guerra, qualquer coisa que destruísse a colheita, forçavam-nos a fazer empréstimo com o rico, que tinha muito interesse neste tipo de situação. Quando o pequeno agricultor não conseguia pagar, perdia sua terra e era forçado a procurar arrendamento de terra, trabalhando como um verdadeiro servo, em uma espécie de fiador para seus credores.

Essa estratégia foi o principal meio de incentivo para emprestar ao pobre. Outros métodos podem também ter sido usados para confiscar as terras do pequeno camponês, como contratos fraudulentos, movimento ilegal de limites que demarcavam as propriedades, e, muitas vezes, ameaças abertas de violência contra os camponeses. Mas o camponês não tinha como reparar tais injustiças, pois quase sempre o rico controlava as cortes, de forma que o pobre não tinha a quem recorrer.

¹⁴ Cf. SCHAFER, Peter. *The History of the Jews in the Greco-Roman World*. Harwood Academic, 2003, p. 90.

¹⁵ Para uma descrição mais detalhada dos tributos judaicos, quais eram e como eram recolhidos. Cf. VOLKMANN, Martin. *Jesus e o Templo*. São Paulo: Sinodal-Paulinas, 1992.

Certamente, esses métodos de empobrecimento da classe inferior do campesinato visavam à acumulação de terras. O grande estado Greco-Romano, a família real herodiana, os altos sumos sacerdotes e os saduceus possuíam terras que antes pertenciam aos pequenos camponeses.

Muitos desses camponeses acabaram se transformando em servos compelidos a trabalhos forçados nos seus próprios lotes como pagamento pelos seus débitos. Já outros transformaram-se em escravos pura e simplesmente que era o destino último dos pequenos camponeses que perdiam suas terras devido aos empréstimos. Eles faziam todo tipo de trabalho para seus senhores: monitoravam o crescimento de ervas, cobravam aluguel do inquilino, abatia os bezerros. Outros transformavam-se em diaristas, plantando, colhendo, arando, adubando o solo, debulhando grãos, colhendo frutos, talhando junco, carregando madeira ou servindo como guardador de rebanhos.

A arqueologia prova a dureza com que estas pessoas trabalhavam para ganhar a vida depois que empobreciam. Muitos ficaram com danos permanentes no corpo, outros morreram por causa do trabalho pesado. O exemplo disso é um achado arqueológico feito em Qumran - talvez um campo de refugiados camponeses - onde dois esqueletos, um de um jovem de apenas 22 anos que tinha perfurações nos ossos como cicatrizes dos anos de trabalho pesado, o outro de aproximadamente 65 anos que ficou com uma deformidade permanente na estrutura dos ossos depois de carregar grande peso nos ombros por muitos anos de sua vida¹⁶.

Seja como for, é evidente que toda esta carga tributária descrita acima é, na realidade, uma sobrecarga e a causa do empobrecimento da população, principalmente dos pequenos camponeses. E foi motivo também para o envio de várias delegações a Roma pleiteando a redução dos impostos (JOSEFO: *Antigüidades Judaicas* 17, pass.237). E com certeza também foi um dos fatores desencadeante para o surgimento de bandidos sociais e do movimento zelota, bem como do levante de 66-70 d..C.

Desse modo, o ressentimento baseado em uma combinação de privação econômica e expectativas crescentes borbulhavam continuamente, não reprimidos pelas estruturas através das quais a autoridade era habitualmente canalizada na sociedade judaica. No decorrer do processo, aquelas estruturas foram elas próprias enfraquecidas: embora não culpadas pelos fatos econômicos que geravam insatisfação, as autoridades

¹⁶ Cf. FAULKNER, Neil. *Apocalypse: the...* op. cit., p.154.

tradicionais perderam poder pela sua patente incapacidade de fazer alguma coisa para aliviar esses problemas econômicos.